



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

RAQUEL ABRANTES ALVES

**BIOSSEGURANÇA NOS ARQUIVOS: A IMPORTÂNCIA DO USO DOS
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S)**

**JOÃO PESSOA
2021**

BIOSSEGURANÇA NOS ARQUIVOS: A IMPORTÂNCIA DO USO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S)

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Dra.
Claudialyne da Silva Araújo

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474bb Alves, Raquel Abrantes.

Biossegurança nos arquivos: a importância do uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) / Raquel Abrantes Alves. - João Pessoa, 2021.

33 f. : il.

Orientação: Claudialyne Araújo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arquivo. 2. Biossegurança. 3. Prevenção contra riscos à saúde. 4. Arquivistas. I. Araújo, Claudialyne. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25(02)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

FOLHA Nº 9 / 2021 - CCSA - CARQ (11.01.13.08)

Nº do Protocolo: 23074.072334/2021-47

João Pessoa-PB, 22 de Julho de 2021

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

RAQUEL ABRANTES ALVES

BIOSSEGURANÇA NOS ARQUIVOS: a importância do uso de equipamentos de proteção individual (EPI's)

Artigo apresentado ao Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 14 de julho de 2021

Resultado: APROVADA

BANCA EXAMINADORA:

Assinam eletronicamente esse documento os membros da banca examinadora, a saber: Profa. Dra. Claudialyne da Silva Araújo (orientadora), Profa. Ma. Danielle Alves de Oliveira e Prof. Me. Rayan Aramis de Brito Feitoza (membros).

(Assinado digitalmente em 22/07/2021 11:59)

CLAUDIALYNE DA SILVA ARAUJO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1726643

(Assinado digitalmente em 22/07/2021 10:49)

DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1959751

(Assinado digitalmente em 22/07/2021 09:25)

RAYAN ARAMIS DE BRITO FEITOZA
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR -
SUBSTITUTO
Matrícula: 3753641

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **9**, ano: **2021**, documento(espécie): **FOLHA**, data de emissão: **22/07/2021** e o código de verificação: **266312a7ca**

AGRADECIMENTOS

Se deu certo? Não tenham dúvidas. Foram anos intensos, entre lágrimas e sorrisos, o corpo e a mente ameaçaram a não suportar, pessoas amadas que partiram, outros tantos amados que chegaram e em meio a tudo isso eu sobrevivi. Aqui nesse pequeno espaço quero expressar minha eterna gratidão a todos que de maneira direta ou indireta caminharam comigo e não me deixaram desistir. **À Deus**, autor e consumidor da minha fé, a ti toda honra e toda glória, obrigada pela minha saúde física e mental. Encantada pelos teus cuidados.

Uma gradecimento especial a professora **Dra. Claudialyne da Silva**, orientadora dedicada que, com competência e determinação conduziu meus passos para que eu pudesse alcançar minhas metas. Seus ensinamentos marcaram minha trajetória e me fez acreditar que podemos melhorar sempre. Sou imensamente grata pela sua assistência e paciência.

Aos professores **Ms. Danielle Alves** e **Rayan Feitoza** que prontamente aceitaram meu convite em participar da banca examinadora desta pesquisa, que tenho certeza que muito contribuirá com suas colocações acerca dos resultados apresentados. À professora e coordenadora **Dra. Ana Cláudia Córdula**, pelos ensinamentos que tanto contribuíram para minha formação, sempre tão atenciosa e dedicada em me auxiliar nos momentos de tanta incerteza desta jornada.

Ao professor **Dr. Luiz Eduardo Ferreira**, a minha gratidão pelo conhecimento compartilhado, pelo incentivo e acolhimento durante minha jornada acadêmica, pelas palavras de encorajamento afirmando que tudo daria certo. **A todos os Professores** do departamento de ciência da informação que fizeram parte do meu processo de formação, que com competência me proporcionaram o acesso ao conhecimento e desenvolvimento de aptidões profissionais. À minha **família** querida, irmãos, cunhados, cunhadas e sobrinhos que me apoiaram durante toda trajetória, compreendendo o meu afastamento e isolamento para realizar a pesquisa, o meu muito obrigada.

Dedico este trabalho principalmente as minhas mães, **Raimunda Abrantes e Fátima Xavier**, obrigada pelas orações, por acreditar em mim e pelos ensinamentos, tudo que eu sou eu devo a vocês, minha referência.

Ao meu pai **Israel Alves** (ir memoriam) sua primeira filha formada, posso imagina o quanto o senhor estaria feliz, obrigada “painha”, porque era assim que eu te chamava, por tudo que o senhor me proporcionou em vida.

À minha amiga e irmã **Andressa Lucena**, presente de Deus para minha vida, grata pela sua disponibilidade afetiva e intelectual, pelo amor e parceria de todos os dias, que ao longo desta etapa me encorajou e me apoiou. Sempre presente mesmo que de longe. Ao meu irmão **Valdemir Júnior**, segundo presente que o Senhor me deu, obrigada pelo amor e cumplicidade de todos os dias, sem você eu também não teria conseguido.

À minha amiga/irmã, companheirade curso **Bárbara Costa**, sua parceria durante a graduação foi um presente de Deus, uma parceria que foi além das caronas, dividimos não só os trabalhos foram compartilhados também as preocupações na certeza que tudo daria certo, a torcida é mutua. À minha amiga/irmã **Alessandra Cardoso**, pelo companheirismo, carinho, palavras de apoio durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Meus agradecimentos a **Ana Claudia de Lima**, minha irmã que ouviu meu choro e medos durante o desenvolvimento desse trabalho, obrigada por tanto. Finalmente agradeço a toda rede de apoio, pela torcida, por ter acreditado em mim, quando em muitos momentos nem eu mesma acreditei. Gratidão!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.” **Charles Chaplin.**

ALVES, Raquel Abrantes. **Biossegurança nos Arquivos:** a importância do uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S). 2021. 33f. Trabalho de Conclusão (graduação em arquivologia) – Centro de Ciências Sociais Aplicada. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

RESUMO

É imprescindível que aliado aos cuidados com as informações, esteja a biossegurança no ambiente do arquivo, resguardar a saúde e a integridade dos profissionais, conscientizá-los sobre a importância do uso dos Equipamentos de Proteção Individual –EPI's torna-se elementar, para que suas atividades laborais ocorram em lugares adequados. Com base nisso, o presente trabalho busca apontar a importância da utilização do uso dos Equipamentos de Proteção Individual, visando a segurança e proteção do arquivista. Pretende-se apresentar a importância da temática para os profissionais de arquivo em seu ambiente laboral, por intermédio do levantamento bibliográfico realizado em livros, artigos e anais eletrônicos, apresentando os agentes de riscos como também, um recorte para os agentes biológicos para melhor compreensão do tema estudado.

Palavras-chave: Arquivo; biossegurança; prevenção; arquivistas.

ABSTRACT

It is essential that together with the care with the information, there is biosafety in the archive environment, safeguarding the health and integrity of professionals, making them aware of the importance of using Personal Protective Equipment - PPE's, it becomes elementary, so that their work activities take place in suitable places. Based on this, this work seeks to point out the importance of using Personal Protective Equipment, aiming at the archivist's safety and protection. It is intended to present the importance of the theme for archival professionals in their work environment, through the bibliographic survey carried out in books, articles and electronic proceedings, presenting the risk agents as well as a cutout for biological agents for a better understanding of the topic studied.

Keywords: Archive; biosafety; prevention; archivists.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Descrição das Normas Regulamentadoras.....	20
Tabela 02 - Mapa de Risco	22
Tabela 03 - Mapa de Risco - Grau de Intensidade.....	23

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01- Modelo de mapa de risco de uma instituição.....	24
Imagem 02- Os jalecos.....	27
Imagem 03 - As máscaras.....	27
Imagem 04 - Os óculos.	28
Imagem 05 – As luvas.....	28
Imagem 06 – As toucas.....	28
Imagem 07 – Micose de pele.....	29
Imagem 08 – Micose de unha	29
Imagem 09 – Micose no couro cabeludo.....	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	SURGIMENTO DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL	13
3	COMPETÊNCIAS E PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS ARQUIVISTAS.	17
4	A BIOSSEGURANÇA NOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: RISCOS E SEGURANÇA.....	19
4.1	TIPOS DE RISCOS NO AMBIENTE DE TRABALHO	21
4.2	MAPA DE RISCOS: SEGURANÇA DO TRABALHADOR	22
5	A IMPORTÂNCIA DO USO DOS EPI'S.....	25
5.1	USO DO EPI: OBRIGATORIEDADE ENQUANTO EMPREGADOR	26
5.2	USO DO EPI: OBRIGATORIEDADE ENQUANTO EMPREGADO.....	26
5.3	RISCOS BIOLÓGICOS.....	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Desde os períodos da Antiguidade, a preservação da memória e de fatos importantes é inerente à existência humana. Segundo Schellenberg (2006), a forma de conservação de documentos e a concepção de arquivos que é conhecida atualmente surgiram em países como a França, Inglaterra e os Estados Unidos. Como explica o autor, nesses países, existiram três motivos para se manter um acervo documental, sendo eles, a vontade de promover a eficiência do governo; a razão cultural; além de interesses do seu povo.

Para que todos, usuários e profissionais que trabalham nessa atividade tão importante, estejam seguros, a biossegurança entra como um fator primordial em todo esse processo, logo, são normas voltadas para minimizar os riscos à saúde não só dos profissionais no seu ambiente laboral, como também do meio ambiente. As normas de Biossegurança compreendem as medidas e procedimentos contra os riscos e seus agentes físicos, químicos, psicológicos, ergonômicos e o biológico.

É de responsabilidade das instituições assegurar a saúde dos seus colaboradores, que fazendo um recorte para os arquivos que são a base da nossa pesquisa, é notório “as vulnerabilidades” sofridas pelos profissionais. Na área da Saúde Ocupacional (SO) existem inúmeras disciplinas que abordam a Biossegurança como uma ferramenta de prevenção empregadas para evitar ou até mesmo impedir a propagação de possíveis doenças, onde sabemos que a cautela é o melhor caminho.

Neste contexto, o presente trabalho tem como **objetivo geral**: Aportar a importância da utilização do uso dos Equipamentos de Proteção Individual, visando a saúde, segurança e proteção do arquivista.

Deste modo, **objetiva-se especificamente**:

- Aportar os riscos e a vulnerabilidade dos profissionais no desenvolvimento dos trabalhos nos arquivos;
- Conhecer a importância do uso dos Equipamentos de Proteção Individual;
- Ressaltar a aplicabilidade do uso dos Equipamentos de Proteção Individual.

O artigo busca identificar teorias para embasar a justificativa da importância da biossegurança para uma arquivo. Apontaremos alguns agentes biológicos como: as bactérias, os fungos, os insetos entre outros parasitas, que corroboram para proliferação dos riscos biológicos que mais causam inquietações entre os profissionais, visto que a gravidade das possíveis infecções que a exposição ocupacional aos agentes patogênicos pode ocasionar são impressionantes e preocupantes.

2 O SURGIMENTO DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Ao regressamos aos tempos de outrora, iremos perceber a evolução da humanidade e suas conquistas que passaram da fase da idade da pedra até o advento da tecnologia com os documentos digitais. Desde os primórdios, o homem já fazia registros das suas atividades com pinturas rupestres, esses registros ficariam para as gerações futuras, tal atividade gerou no homem a necessidade de criar um novo formato de armazenamento, surgindo assim os arquivos, como uma espécie de guardião das informações dos registros históricos. De acordo com Paes, a palavra arquivo não tem sua origem definida, podendo ter nascido na Antiga Grécia como arché e, posteriormente, evoluiu para archeion, que significa “local de guarda e depósito de documentos” (PAES,2007,p.19).

No entanto Paes(2004,p.16) aborda que o Arquivo:“ É a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”. Os arquivos estabelecem a memória das instituições, de um povo, de uma nação. Uma sociedade sem arquivo é uma sociedade sem memória.

É de responsabilidade do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq) gerenciaros arquivos públicos e privados. Tendo em vista que as Leis que constituem a legislação Arquivista Brasileira são vastas nos aprofundemos primeiramente na Lei 8.159/91, mais conhecida como Lei de Arquivos, que foi promulgada após um longo processo administrativo

e legislativo, sendo alvo de várias discussões entre pesquisadores, historiadores e políticos ligados ao parlamento brasileiro na época, principalmente no que se refere às contradições do texto relacionadas às esferas públicas e privadas (BRASIL, 1984,1991; SILVA, 2003).

A Lei de Arquivo, que completou 30 anos em 08 de janeiro, foi um grande acontecimento para a arquivística, pois, ela regulamenta o que é derresponsabilidade de cada instituiçãoo deverde guarda, mencionando no art.8ºque os documentos se dividem em três fases, sendo elas: corrente, intermediários e permanente. A Lei delega ao poder público a gestão e proteção da documentação.

A segunda é a Lei 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), e foi promulgada em 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor em maio de 2012. Coma sua sanção, o Brasil passou a ser o 89º país a ter uma legislação específica para regulamentar o tema. Na América Latina, ele ficou com a 19ª posição. Ela foi criada como intuito de ditar normas que assegurem a proteção do direito humano fundamental de acesso à informação, todavia se a informação pretendida for recusada, o solicitante se identifica e especifica a informação e terá o acesso de forma imediata ou até no prazo de 20 dias, tudo com o consentimento da entidade pública.

A Lei de Acesso à Informação, inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art.37 e no §2º do art. 216 define a informação como: “Dados processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato” (BRASIL, 2011p. 1).A Lei de Acesso à Informação é uma lei federal no âmbito dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, relativamente recente por ter sido sancionada há cerca de 10 anos, ela afirma que a sociedade tem direito ao acesso a informações públicas, além de proteger as informações quando a mesmas são de caráter sigiloso. Como instituição, os arquivos existem pelo menos desde os séculos V e IV na Grécia Antiga. Sendo conservados e transmitidos desde tempos imemoráveis, a maioria dos documentos estavam registrados e guardados em suportes de rolos de papiro, até aproximadamente o século III da Era Cristã (SCHELLEMBERG,2006,p.

25).

Para melhor compreensão do início da história do arquivo no Brasil, é importante compreender a história do Arquivo Público do Império Português, ele foi fundado no dia 02 de janeiro do ano de 1938, pelo regulamento nº 2, sua primeira sede era localizada no edifício do Ministério do Império, na rua Guarda Velha, na cidade do Rio de Janeiro, sua sede chegou a se mudar por várias vezes. Este, tinha como objetivo armazenar os documentos referente a memória e a administração do estado, ele era organizado em três seções: administrativo, legislativo e histórico, respeitando a natureza do documento.

Com o fim do Império no ano de 1983 o Arquivo Público do Império passou a se chamar Arquivo Público Nacional. A passagem de José Honório pelo Arquivo Nacional e sua influência nos caminhos da arquivística no país já foram discutidas em alguns trabalhos, além de sua importância central para a historiografia brasileira.

Chamamos a atenção para os condicionamentos e desdobramentos de suas seções no que elas podem ter influenciado a produção editorial da instituição que é o nosso objeto de análise. Assim que assumiu a direção do Arquivo Nacional, em 1958, José Honório Rodrigues elaborou um relatório desanimador sobre a instituição, que foi publicado no ano seguinte com o título “A situação do Arquivo Nacional”. Nesse relatório, ele expressa sua insatisfação com a organização do Arquivo, a insuficiência de pessoal, as condições materiais e estruturais precárias do edifício que o abrigava, no Campo de Santana, no Rio de Janeiro e o orçamento insatisfatório. “Ao assumir a direção do Arquivo Nacional, aos 29 de agosto de 1958, não pude reprimir minha desolação diante do espetáculo de primitividades, organização e abandono que revelava a velha instituição” (RODRIGUES, 1959,p.5).

O então diretor José Honório Rodrigues, não satisfeito com a situação que se encontrava o arquivo na época, deu sua contribuição para a entidade durante 06 anos deixando seu legado. O Arquivo Nacional é uma instituição pública brasileira encarregado em preservar e divulgar os documentos da administração pública federal. Posteriormente o Arquivo Nacional foi transferido para a antiga casa da moeda na cidade

do Rio de Janeiro, situada na Praça da República, próximo a Central do Brasil.

A arquivologia é um campo em constante evolução, esta evolução vem sendo impulsionada pelo surgimento de novas tecnologias, de novas demandas sociais por informação, pela ampliação do mundo do trabalho, pela evolução do papel do arquivista dentro das instituições, pelo crescimento de discussões epistemológicas e pragmáticas nos meios acadêmicos e profissionais, pela ampliação de suas fronteiras interdisciplinares, pela ocorrência de novos e diferentes perfis de alunos e de docentes e pela ampliação dos locais de formação e de produção de conhecimento e pesquisa (NEGREIROS; SILVA; ARREGUY, 2012).

No Brasil, o primeiro órgão a se preocupar com a criação de cursos para aperfeiçoamento de seus funcionários foi o Arquivo Nacional. Foi no ano de 1911, por meio do decreto nº 9.197, de 9 de fevereiro, que se instituiu que haveria no Arquivo Nacional, pela primeira vez, um curso de diplomática, que contava com disciplinas de Paleografia, Cronologia, Crítica Histórica, Tecnologia Diplomática e Regras de Classificação (MONTEIRO, 1988).

No entanto foi na década de 1970 que a arquivologia surgiu no Brasil, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), foi lá que deu início no meio acadêmico e hoje contamos com grandes avanços pelo Brasil, com 16 cursos na área da arquivística que confere grau em bacharel, foi em abril de 2012 que ocorreu o primeiro processo seletivo, foi ofertada na ocasião 20 vagas, os cursos estão nas cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul e já dispomos de uma associação de classe dos arquivistas brasileiros, Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

É sabido que os arquivos e a Arquivologia brasileira percorreram grandes avanços, todavia, sabemos que existe um longo caminho a ser explorado, principalmente em dar a devida importância a tal atividade. Compreendemos que, falar sobre o assunto e apontar o que é necessário a ser melhorado, de certo modo, auxilia no processo de evolução não só da Arquivologia que é nossa área de conhecimento, mas de todas as

áreas e atividades existentes.

São fundamentais novas discussões, aprendizados sobre a história da Arquivologia, a compreensão dos seus avanços ao longo dos anos para que seja apontado novos estudos e maiores descobertas que corroborem para o crescimento dessa atividade. Logo, é impossível a evolução sem olhar para trás e entender o que foi construído durante todo o processo histórico do tema.

3 COMPETÊNCIAS E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS PELOS ARQUIVISTAS

Diante do atual cenário da era digital que estamos inseridos, conhecida também como a Era da Informação, onde o fluxo informacional é imensurável, fica ainda mais evidente no indivíduo a necessidade pela busca de informação. Neste sentido, recorreremos a internet, sendo normal nos depararmos com uma gama de conteúdos acerca do tema em interesse e com ele, a “desinformação”, ou simplesmente falsa informação.

Os estudos sobre desinformação trazem à tona diversas definições, que remetem às informações enganosas, que não condizem com a verdade sobre o conteúdo criando conflitos entre o que é verdadeiro e o que é falso. Dessa forma, há que se diferenciar a ideia de “disinformation” e “misinformation”, pois embora as suas respectivas definições se refiram às informações falsas, a primeira destaca as ações que procuram propositalmente falsificar uma informação com o objetivo de enganar as pessoas (VOLKOFF, 2004; FALLIS, 2015).

No Brasil, a Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978, que regulamenta a profissão de arquivista e técnico de arquivo apresenta os critérios para o exercício da profissão e suas atribuições. Dentre as doze atribuições, cabe destacar a presente no inciso II, do 2º artigo, onde refere-se ao “[...] planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo” (BRASIL, 1978, p.17).

Neste contexto, o arquivista aparece como agente de informação, responsável pelo resgate e preservação da memória, tão importante quanto os arquivos, pois, mantê-los organizados, de maneira que esteja

sempre à disposição do usuário de maneira prática e fácil é, sem dúvidas, um grande diferencial e de grande valia. Bahia e Seitz firmam que: “o arquivista precisa estar atendo às rápidas mudanças que passa a sociedade e desenvolver competências profissionais que lhe permitam oferecer serviços confiáveis e de qualidade aos usuários da informação”.

“O Arquivista que outrora tinha como função a organização e a conservação documental, nesse novo protótipo de competências informacionais passou a conduzir suas atividades, ele sai do panorama de alguém que apenas detém a custódia de documentos e passa a ter uma atitude mais proativa em seu processo de trabalho.” (BAHIA; SEITZ, 2009, p.479).

A expressão Competência em Informação é o termo equivalente em português do Brasil para a tradução do termo Information Literacy que surgiu na literatura internacional em 1974, no relatório elaborado pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski e intitulada The information Service Environment: relationships and priorities. Nesse documento ele descreveu uma série de produtos e serviços de informação, providos por instituições privadas e suas relações com as bibliotecas, preconizando que as pessoas treinadas na aplicação de recursos informacionais, são consideradas competentes, pois aprenderam técnicas e habilidades para utilização de ferramentas informacionais e fontes primárias a fim de criar soluções para problemas (DUDZIAK, 2001).

No Brasil, somente na década de 2000, surgiram os primeiros estudos sobre Competência em Informação. Entre os grupos de pesquisa, Caregnato (2000) foi a primeira pesquisadora brasileira a mencionar a Information Literacy no contexto nacional, sendo que o termo foi traduzido por ela como Alfabetização informacional.

E o que é competência em informação? Para responder a essa pergunta é necessário buscar sua definição. A American Library Association (ALA) juntamente com a Association of College Research Libraries (ACRL) apresentam a definição de que essa competência corresponde à presença de um “[...] conjunto de habilidades que exige dos indivíduos reconhecer quando a informação é necessária e ter a

capacidade de localizar, avaliar, e utilizar de forma eficaz a informação necessária” (2000,p.2,tradução nossa).

Portanto, uma maneira de proporcionar aos profissionais habilidades um tanto investigativas, logo, propicia que o mesmo esteja sempre localizando e analisando informações, a fim de alcançar suas necessidades no dia a dia, tendo em vista que o trabalho do profissional está diretamente ligado à pesquisa. Entre muitos profissionais que trabalham com a informação estão os bibliotecários, museólogos e os arquivistas, estes, podemos categorizar como mediadores da informação, pois são responsáveis por uma gama de atividades entre elas destacamos algumas como: organização, preservação, conservação, classificação, recuperação e acesso à informação de maneira coerente, prática e competente.

Diante dos conceitos apresentados é possível compreender que o avanço tecnológico corroborou de forma positiva para o fortalecimento da competência informacional, e que para acompanhar tal crescimento, fora necessário que o profissional de arquivo desenvolvesse competências e práticas para lidar com o “novo”, elencados a tudo isso está a biossegurança, onde os profissionais arquivistas são capacitados no manuseio de fonte de informação, eles estão expostos constantemente aos agentes de riscos, eles precisam ter a ciência dos riscos e o cuidado para que o acesso aconteça de forma satisfatória e segura.

4. A BIOSSEGURANÇA NOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: RISCOS E SEGURANÇA

Foi na década de 1970, na Califórnia, que aconteceu a Conferência Asilomarsobre DNA, organizada por Paul Berg com 140 profissionais biólogos, médicos e advogados, essas discussões eram referentes aos riscos biológicos e a proteção dos trabalhadores da área, a partir deste período, surgiu o conceito de biossegurança, que vem sendo empregado e pensando no cuidado e na segurança dos profissionais nos diversos espaços laborais.

Os cuidados com a saúde dos colaboradores vêm sendo cada dia mais expandidos, tendo em vista que com mais conhecimento adquirido sobre a necessidade de prevenção é possível resguardar não só a saúde como a vida dos profissionais. Com a observação de tais necessidades, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aprovou através da portaria nº 3.214 no dia 08 de julho de 1978, 28 Normas Regulamentadoras (NRs), hoje já são 37 que abordam sobre o assunto, essas normas têm como finalidade o controle e a viabilização dos seus métodos que são indispensáveis para preservação no ambiente laboral.

Segue abaixo a tabela com as normas citadas para melhor compreensão.

Tabela 01 – Descrição das Normas Regulamentadoras

NORMA REGULAMENTADORA	DESCRIÇÃO
NRNº01	Disposições Gerais
NRNº02	Inspeção Prévia
NRNº03	Embargo ou Interdição
NRNº04	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT
NRNº05	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
NRNº06	Equipamentos de Proteção Individual – EPI
NRNº07	Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO
NRNº08	Edificações
NRNº09	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA
NRNº10	Segurança em Instalações e Serviços em eletricidades
NRNº11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de materiais
NRNº12	Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos
NRNº13	Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações
NRNº14	Fornos
NRNº15	Atividades e Operações Insalubres
NRNº16	Atividades e Operações Perigosas
NRNº17	Ergonomia
NRNº18	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
NRNº19	Explosivos
NRNº20	Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis
NRNº21	Trabalho a Céu Aberto
NRNº22	Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração
NRNº23	Proteção Contra Incêndios
NRNº24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho
NRNº25	Resíduos Industriais
NRNº26	Sinalização de Segurança
NRNº27	Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTB
NRNº28	Fiscalização e Penalidades
NRNº29	Segurança e Saúde no Trabalho Portuário
NRNº30	Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário

NRNº31	Segurança e Saúde no trabalho na Agricultura, pecuária, etc.
NRNº32	Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimento de Saúde
NRNº33	Segurança e Saúde no Trabalho em Espaço Confinado
NRNº34	Condição de Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval.
NRNº35	Trabalho em altura
NRNº36	Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados
NRNº37	Segurança e Saúde em Plataforma de Petróleo

Fonte: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nrs.htm>

Quando falamos em saúde e segurança do trabalho, as normas regulamentadoras (NR's) e sua aplicabilidade são substanciais dentro de todas as instituições que priorizem o cuidado com seus trabalhadores durante as atividades de trabalho. As NR's foram criadas com o objetivo de prever acidentes e doenças provocadas através de agentes que corroborem para o agravamento da saúde do colaborador em seu ambiente laboral, elas conduzem as ações do empregador e norteiam os empregados com a intenção de tornar o ambiente mais seguro.

Apesar de atualmente ser um conteúdo tão discutido, é sabido que ainda existem empresas e trabalhadores que se recusam a respeitar tais normas, e é importante evidenciar que o não cumprimento das mesmas pode acarretar em multas, que em muitos casos, seu valor ultrapassa a aplicabilidade das normas, por isso é necessário que o trabalho aconteça de forma responsável e consciente de ambos os lados, tanto do empregador, quanto do empregado.

4.1 TIPOS DE RISCOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Podemos definir como fatores de riscos de acidentes de trabalho, as situações ou probabilidades que causem danos pessoais para saúde ou até mesmo acarrete a morte do trabalhador. Tais riscos variam nos diversos tipos, agentes e situações que corroborem para uma situação de perigo. Para Chaves (2017), os riscos podem ser descritos da seguinte forma:

- **Riscos de Acidentes:** qualquer fator que coloque o trabalhador em situação vulnerável e possa afetar sua integridade e seu bem estar

físico e psíquico.

- **Riscos Físicos:** referem-se a peculiaridades físicas do ambiente, como: alterações sonoras (infrassom e ultrassom), radiações ionizantes e não ionizante, temperatura extrema, ruídos e vibrações.
- **Riscos Químicos:** são substâncias que podem ser absorvidas pelo organismo, independentemente se for por contato direto, via respiratória ou ainda ingerida.
- **Riscos Biológicos:** destacam-se como formas de microrganismos (fungos, bactérias, protozoários, vírus ou parasitas) no qual os trabalhadores podem ser expostos, como: contato da pele, ingestão ou pela via respiratória.
- **Riscos Ergonômicos:** são de natureza física ou psicológica, como a não adaptação ao ambiente de trabalho ou por esforço fisiológico, como sobrecarga de peso, postura inadequada, jornada excessiva de peso, repetição de movimentos ou outros fatores gerando estresse mental ou físico.

É importante compreender que, através de tais especificações, é possível identificar *in loco*, quais possíveis riscos estejam em seu ambiente de trabalho, para que se previna antecipadamente.

4.2 MAPA DE RISCOS: SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Podemos conceituar os mapas de riscos como: uma sinalização visual ou sonora, com o objetivo de informar os tipos de riscos em todo o ambiente laboral e orientar o empregador(a) como agir perante determinada situação. Para garantir uma maior segurança nos locais de trabalho e orientação o corpo de colaboradores, deve-se adotar cores para sinalizar os riscos inerentes ao local identificado.

Para Scaldel (2009), a Norma Regulamentadora – NR nº 26, objetiva fixar as cores que devem ser usadas nos locais de trabalho para prevenção de acidentes, identificando os equipamentos de segurança que deverão ser usados em cada situação, delimitando áreas, e

informando para que qualquer pessoa, seja ela, colaborador ou não, que passe pelo local esteja ciente dos riscos existentes.

Tabela 02 – Mapa de Risco

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4	GRUPO 5
VERDE	VERMELHO	MARRON	AMARELA	AZUL
RISCOS FÍSICOS	RISCOS QUÍMICOS	RISCOS BIOLÓGICOS	RISCOS ERGONÔMICOS	RISCOS ACIDENTES
RUÍDO, CALOR E UMIDADE	POEIRA, FUMOS E GAZES	FUNGOS E VÍRUS	POSTURA INAQUADA	ILUMINAÇÃO INADEQUADA
RADIAÇÕES, IONIZANTES E NÃO IONIZANTES ETC.	VAPORES E NÉRVOAS E ETC.	PARASITAS E BACTÉRIAS INSETOS E ETC.	ESFORÇO FÍSICO E SITUAÇÃO DE ESTRESSE E ETC.	INCÊNDIO, EXPLOSÕES E ETC.

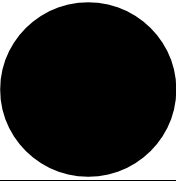
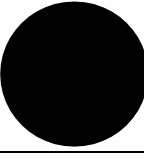
Fonte: www.conceitozen.com.br

O Mapa de riscos tem grande importância em todo o processo que visa o cuidado com a biossegurança, logo, através dele, é possível trabalhar com uma comunicação à vista sobre riscos e devidas proteções de determinado local, funcionando como uma ferramenta educativa de grande valia para prevenção de riscos com os profissionais. Este deverá ser produzido através de uma planta baixa/layout da edificação e identificado através das cores e do grau de intensidade que deve ser representado por círculos de diferentes tamanhos.

Os círculos devem ser postos na parte do ambiente onde ocorre o problema, eles podem ser ilustrados ou colados, respeitando sua escala numérica que vai de 1 a 4, determinada pela NR nº 04, obedecendo assim, os tamanhos correspondentes ao grau e sua intensidade.

Tabela 03 – Mapa de Risco – Grau de intensidade

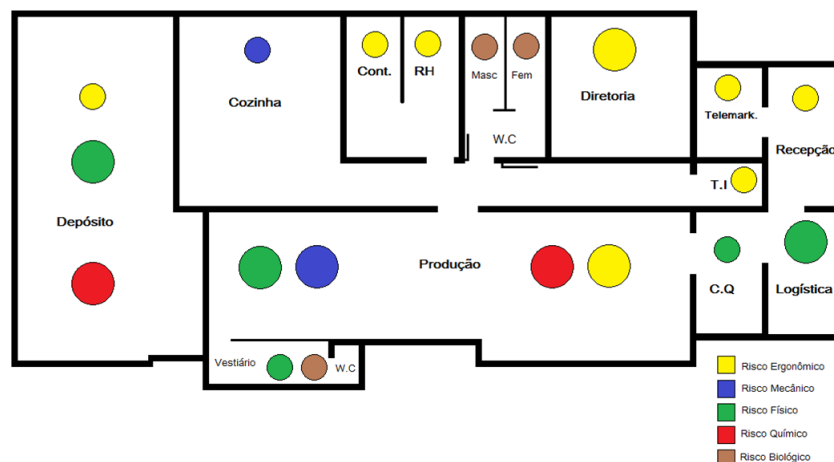
Símbolo	Grau de Risco
----------------	----------------------

	Grande Intensidade
	Média Intensidade
	Pequena Intensidade

Fonte: www.conceitozen.com.br

É importante também, que seja identificado no mapa a quantidade de pessoas que trabalhem no local, o grau de intensidade inerente ao determinado risco que esteja exposto e, caso haja a incidência de mais de um tipo de risco no local com o mesmo grau de intensidade, deve-se colocar o mesmo tamanho do círculo, diferenciando-os apenas pela cor referente aos mesmos.

Imagem 01 – Modelo de mapa de risco de uma instituição



Fonte: <https://gestaodesegurancaprivada.com.br>

Pensando na segurança do colaborador, as medidas de controle deverão ser adotadas sempre que:

- 4.2.1 identificar-se potencialidade de risco à saúde, e/ou;
- 4.2.2 constatar-se que o risco à saúde é evidente, e/ou;

4.2.3 resultarem das avaliações quantitativas da exposição dos trabalhadores valores excedentes aos técnico-legais estabelecidos e/ou quando caracterizado nexos causais entre danos observados na saúde dos trabalhadores e a situação de trabalho a que eles ficam suscetíveis (BRASIL,2017).

Assim, se todos os cuidados necessários estiverem sendo seguidos, há uma grande probabilidade de ocorrer a neutralização e até mesmo a supressão dos riscos pré-existentes, evitando que os profissionais adoçam, sabe-se que o cuidado individual deve ser uma prática constante de cada pessoa, seja ela em que área esteja exercendo sua função, em nosso estudo, os arquivistas, que em muitas vezes focam-se tanto na realização de sua atividade laboral que esquecem ou muitas vezes não detêm do conhecimento específico dos riscos que estão expostos, por isso se faz tão essencial a atividade educativa e constante para anular cada vez mais as probabilidades de situações indesejáveis.

5 A IMPORTÂNCIA DO USO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) como menciona inúmeros autores é todo equipamento de uso individual, que serve de proteção a tudo aquilo que ameaça a vida do trabalhador em suas atividades laborais, diminuindo a incidência dos riscos. Seu uso é de fundamental importância, pois serve para preservar a saúde e a integridade física, não cabe ao colaborador decidir sua utilização, ainda que este não evite os acidentes em si, os EPI's minimizam as ações afim de proteger quando o risco estiver ligado a função trabalhista e à exposição ao agente.

É válido salientar que os profissionais de arquivos estão suscetíveis a diversos agentes de riscos sendo eles, físico, químico, biológico, ergonômico e ambiental é considerável mencionar que dentre os agentes supracitados os biológicos são os que mais acometem a classe dos arquivistas.

O Ministério do Trabalho e Emprego ordena que é de obrigatoriedade do empregador fornecer o equipamento de proteção individual de forma gratuita, supervisionar e exigir seu uso, bem como do empregado usá-lo durante os procedimentos, o profissional precisa ter a conscientização sobre os riscos presentes nos acervos.

A comercialização dos equipamentos de proteção individual produzidos no Brasil ou de fabricação estrangeira, só poderá ser realizada com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, emitido pelo Ministério do trabalho e emprego, que garante a qualidade e a funcionalidade do EPI (BRASIL, 2015).

5.1 USO DO EPI: OBRIGATORIEDADE ENQUANTO EMPREGADOR

- Adquirir o EPI de acordo com o risco respectivo a atividade a ser desenvolvida;
- Exigir seu uso;
- Fornecer equipamentos que sejam homologados junto ao órgão competente em matéria de segurança do trabalho;
- Fornecer orientação e treinamento ao trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- Substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;
- Comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada;
- Registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

5.2 USO DO EPI: OBRIGATORIEDADE ENQUANTO EMPREGADO

- Utilizar apenas para a finalidade a que se destina;
- Responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- Comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso;
- Cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado;

Para cada parte do corpo o equipamentos de Proteção Individual (EPI's) têm uma finalidade, abaixo serão explanados alguns dos principais em atividade de arquivo e sua função.

A- Para a proteção do tronco – Os Jalecos: ele funciona contra os riscos de contaminação, protege os profissionais envolvidos.

Imagem 02 - Jalecos



Fonte: www.mspuniformes.com.br

B- A proteção respiratória - As Máscaras: utilizada para conter bactérias e agentes de riscos vindo das gotículas aerossóis. Entretanto, a NR não cita a máscara como um EPI, pois ela não tem o Certificado de Aprovação (CA) mas, para a ANVISA as máscaras devem ser utilizadas para evitar contaminação do nariz e da boca. É um EPI descartável.

Imagem 03 - Máscaras



Fonte: www.conceitozen.com.br

C- A proteção dos olhos e face – Os óculos / Face Shield: óculos de lente incolor servem para proteção contra doenças ocupacionais, poeiras e respingos entre outros riscos.

Imagem 04- Óculos

Fonte: www.eletrosolda.com.br

D- A proteção dos membros superiores - As Luvas: é um EPI de uso descartável, protege contra os riscos sofridos na execução das atividades laborais, diminui a incidência de fungos e bactérias.

Imagem 05 - Luvas

Fonte: www.eletrosolda.com.br

E- As toucas descartáveis: protege o trabalhador de contrair fungos no couro capilar entre outros agentes, também não é considerada um EPI, pois não possuem o Certificado de Aprovação. Todavia, é de responsabilidade do empregador disponibilizá-la, seguindo a lei 8213-art. 19, inciso1º.

Imagem 06 - Toucas

Fonte: <https://www.solusegepi.com.br>

É válido ressaltar que os EPI's devem ter o Certificado de Aprovação. Os calçados precisam ser fechados resguardando a segurança e saúde de todos. Segundo o que rege a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, art. 2º no Brasil a saúde é um direito garantido; contudo, essa mesma lei não consegue evitar que muitas pessoas sejam acometidas de doenças que poderiam ser evitadas, se as devidas medidas preventivas fossem tomadas e levadas a sério em seu ambiente de trabalho, evitando riscos existentes no desenvolvimento das tarefas e impedindo danos, que em alguns casos, são irreversíveis à saúde do trabalhador.

5.3 RISCOS BIOLÓGICOS

O tema central desse arquivo é referente aos riscos biológicos. Desta forma, Santos (2007), destaca três doenças ocupacionais, dentre a lista disposta pelo Ministério da Saúde, como mais frequentes a afetar a saúde dos funcionários;

1-Tinea do corpo (Tineacorporis): micose causada por fungos, caracterizada por placas arredondadas, as vezes coçam.

Imagem 07–Micose da pele



Fonte: <http://www.dermatologypracticeofroanoke.com.br>

2- Onimicose (Microsporium e Trichophyton): infecção fúngicas que se alimentam da queratina.

Imagem 08 – Micose da unha



Fonte: <http://www.mdsaude.com.br/dermatologia/micose>

3-Tiniacapilar: são infecções presentes no couro cabeludo, que acometem as camadas superficiais da pele.

Imagem 09 – Micose no couro cabeludo



Fonte : <http://www.mdsaude.com.br/dermatologia/micose>

Em seu manual de procedimentos, o Ministério da Saúde alerta que a maioria das micoses presentes na superfície pele, couro cabeludo e unhas são causados, em sua maioria, pelo contato com fungos que se desenvolvem em ambientes com alta umidade e temperatura. Sendo consideradas “doenças relacionadas ao trabalho, posto que as circunstâncias ocupacionais da exposição aos fungos dermatófitos podem ser considerados como fatores de risco”. (BRASIL, 2001, p. 85).

Com base nas informações estudadas, concluímos que, os equipamentos de proteção individual são de extrema importância, logo, preservar a vida, a saúde e o bem-estar dos arquivistas é primordial para que o dia a dia dos profissionais sejam executados com segurança. Para tanto, compreendemos que se faz necessário um comprometimento mútuo entre todos os envolvidos no processo, para que ele seja executado de forma satisfatória, tornando-se portanto,

primordial a conscientização de todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso objetivou conhecer por intermédio do levantamento bibliográfico, a importância do uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para o arquivista no seu ambiente laboral, onde foi apresentado os agentes de riscos, e feito um recorte para os agentes biológicos que são bactérias, fungos, parasitas, entre outros, tema central desta pesquisa, reforçando que a proliferação dos riscos e a exposição ocupacional aos agentes patogênicos ocasionam sim danos à saúde sensibilizando não só seu estado físico, mental, como também social.

Fora possível compreender também, o grande valor da construção de mapas de riscos ambientais para o melhor entendimento de todos os profissionais no local de trabalho, corroborando assim, para a redução dos acidentes ocupacionais, salientando que, o mapa de risco é uma exigência da ANVISA¹ e que seu uso propicia maior controle sobre as ameaças no ambiente. Através desta pesquisa, concluo que alcanço o objetivo da mesma, tendo um resultado positivo sobre a importância do uso dos EPIs correlacionada com as políticas de preservação, onde verdadeiramente há um nível de segurança mais alto se comparado aos profissionais que não fazem uso destes equipamentos diariamente.

Diante de muitas informações é preciso reiterar que a conscientização de todos os colaboradores referente ao conhecimento teórico se torna imprescindível e que este é um trabalho que deve ser massificado cada dia mais e de maneira periódica para que seu resultado seja sempre favorável.

A oportunidade de elaborar esta pesquisa foi de grande valia, logo, nos permite aprimorar ainda mais o conhecimento sobre o tema estudado, tendo a ciência da importância da prevenção. Como bem sabemos e muito debatemos em nossa graduação, a informação é primordial para o bom desenvolvimento do nosso trabalho como

arquivistas pois, somos guardiões dela e por isso, deve estar alinhada sempre com os objetivos da organização bem como seus propósitos, e que o cuidado com a saúde diariamente, deve fazer parte do trabalho dos profissionais, logo, somando todos estes fatores onde cuidamos da informação com zelo e também da saúde, temos um trabalho seguro em todos os aspectos.

Conclui-se que a pesquisa supracitada foi um momento de aprendizagem que oportunizou estar de frente para a realidade do mercado de trabalho, e assim permitir enxergar e reconhecer a importância do profissional arquivista em seu trabalho como todo: o cuidado com a informação e os desafios do processo diário, como também foi o momento de reiterar minhas aptidões e interesses em relação à escolha profissional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA); ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Information literacy competency standards for higher education**. Illinois: 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org>. Acesso em: 07.jun. 2021.

¹ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei 4895/1984. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 17jan.2021.

BRASIL. Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações**. Brasília: DF, 2011 . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19.abr.2021.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Brasília-DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18.abril. 2021.

BRASIL. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 Jun. de 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Normas Regulamentadoras**. 2015. Disponível em : Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BAHIA, Eliana Maria Dos Santos. SEITZ, Eva Maria. Arquivista empreendedor. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.14, n.2, p.479 jul/dez., 2000. Disponível em: www.revista.acbsc.org.br Acesso em: 06. Jun. 2021.

BRASIL. Lei nº6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **In: Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, p.17-18, dez. 2017.

CHAVES, André. Riscos Ambientais—Identificação e Prevenção. **Revista Cipa**, 2017.

COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. **Biossegurança**: elo estratégico de SST. *Revista CIPA*, v.21, n.253, 2002.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação), São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 04 jun. 2021.

JOSGRIBERG, R.S. Estruturas existenciais da confessionalidade na educação. **Revista do Cojeme**, v.13, 1998.

HOEPPNER, Marcos Garcia (Org.). **NR: normas regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho: capítulo V, título II, da CLT: NR-1 a NR-34**. 5.ed. São Paulo: Ícone, 2012.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n.º 3.214, 08 de junho de 1978—Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho**. Brasília: MTE, 1978. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 09 jun. 2021

MONTEIRO, Norma de Goés. **Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil**. Acervo. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v.3, n.2, p.79-89, jul.-dez. 1988.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas. **Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia**: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 5., 2012, Salvador. Anais... Salvador: CNA, 2012.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e Prática. 3ª Ed. rev. ampli. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2004.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SALIBA, T. M. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2008.

SCALDEL, A. V. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. São Caetano do Sul: Yendis, 2009.

SHELLEMBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Jaime. Apresentação. In: MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

VOLKOFF, V. **Pequena história da desinformação**: do cavalo de Tróia à internet. Curitiba: Ed. Vila do Príncipe, v.63, n.3, 2004.